

Público

22-04-2013

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Política

Dimensão: 564

Imagem: S/PB

Página (s): 44

Consensos

António Correia de Campos
Terra e Lua

Apesar das diferenças ideológicas, foi possível ver os deputados europeus a lutar pelos mesmos objectivos

Na semana passada, três deputados europeus de três partidos diferentes encontraram-se em Lisboa com 160 representantes da comunidade científica nacional, para expor o programa Horizonte 2020, reconhecido como uma das peças mais importantes da estratégia de desenvolvimento europeu para os sete anos que irão de 2014 a 2020. Este programa, dotado com cerca de 70 a 74 mil milhões de euros, visa reforçar a investigação europeia. Ciência, tecnologia e inovação são algumas das poucas vantagens comparativas que ainda restam à Europa, no turbilhão gerado por uma globalização de desvantagens consentidas e agravado pela crise financeira e económica que nos afecta desde 2008.

Apesar das diferenças ideológicas, foi possível ver os deputados europeus a lutar pelos mesmos objectivos: menos burocracia no acesso aos fundos comunitários, maior articulação entre os objectivos da ciência e o desenvolvimento regional, reforço do carácter competitivo das candidaturas e da objectividade da selecção, garantia da excelência como critério que alarga a igualdade de oportunidades para fora do peso dos países centrais, ligação mais articulada entre a criação do conhecimento científico e o desenvolvimento industrial dos produtos de inovação, assim cobrindo o "vale da morte" (espaço que medeia entre a criação e a aplicação prática), bem como a importância conferida às ciências sociais, instrumentos indispensáveis para o conhecimento da sociedade e das suas dinâmicas.

O encontro permitiu comparar os projectos legislativos organizados em seis relatórios. Portugal assegurou dois (Graça Carvalho e Marisa Matias) e a uma socialista espanhola, Teresa Riera Madurell, também presente no encontro, coube o relatório principal. A administração da ciência, o Parlamento nacional e o Governo estiveram todos presentes no encontro.

Dos trabalhos não resultam efeitos imediatos para além de se ter contribuído para a circulação de informação essencial à compreensão da filosofia que presidirá à organização dos programas. O objectivo do encontro centrava-se na divulgação dos grandes eixos do programa, agora em

negociações a três, entre o Conselho, o Parlamento e a Comissão. Como membro do Conselho e com deputados com forte influência no Parlamento, o nosso país está hoje em condições institucionais superiores às de há sete anos: não só tem mais gente em posições-chave na Comissão como pode usar os poderes reforçados que o Tratado de Lisboa conferiu ao Parlamento de maneira a melhor proteger os equilíbrios entre Estados-membros. Por força da alta prioridade que os Governos Sócrates atribuíram à Ciência, o tecido científico reforçou-se com muitos mais doutores, mais instituições a concorrerem, mais projectos cooperativos, mais investigadores e bolséiros estrangeiros entre nós, maior relacionamento científico com grandes produtores de ciência, mais sólidos laboratórios de Estado e maior disseminação regional do esforço de investigação. Se a competição dentro do

António José Seguro não caiu no logro dos falhados do ajustamento violento



Horizonte 2020 vai ser mais dura, estaremos mais bem preparados. Sem alardes nem altissonantes declarações de patriotismo, construiu-se um consenso que já deu e irá dar bons frutos.

Curiosamente, foi durante esta semana que se verificou a mudança radical da atitude do Governo para com o principal partido da Oposição. O renovado Governo, com ar



contrito, afastou as posturas agressivas de que o velho se alimentou ao longo dos dois últimos anos e magicamente surgiu aos portugueses como paladino do consenso. Tão súbita e inesperada viragem souu a falso. Foi assim que o PS a interpretou: mera cosmética conjuntural, encomendada pela *troika*, que, fugitada por todos os lados e agora por todos os continentes, tem que levar até ao fim a farsa em que nos envolveu, construindo a ficção de que um pequeno país obediente e assertivo demonstraria o impossível, que a austeridade punitiva é salvação da economia. A realidade veio contradizer uma impossível teoria de grandes séries cronológicas, onde o específico de cada país é reduzido a escassas variáveis, tudo metido num modelo, do qual saiu uma maravilhosa teoria de que hoje descreem mais de metade dos macroeconomistas

internacionais. Não foram só especialistas isolados, agora foi o conselho de editores de economia do *Times* de Nova Iorque e até a própria presidente do FMI, a francesa Lagarde. Com cada vez mais descrentes da bondade do xarope português, Berlim e Bruxelas concitam-se a apaparicar o doente, prolongando-lhe o suplemento vitamínico sem esperar pelo final da sétima apreciação. Mas impõem condições: que o doente não esteja agitado e que os partidos do arco do Governo alcancem consenso sobre a aderência à terapêutica. António José Seguro não caiu no logro dos falhados do ajustamento violento. Convicto da necessidade do ajustamento, mas sem garrotes financeiros que não nos deixem respirar. Tão simples como isso.

Deputado do PS ao Parlamento Europeu. Escreve à segunda-feira

Renovar o legado europeu

As recentes previsões do FMI anunciam contracção de actividade na zona euro explicada pelas dicotómicas fragilidades da fractura Norte-Sul. No conjunto, o crescimento será de menos 0,3% em 2013 e só em 2014 será positivo, em 1,1%. Este ano, a Alemanha ficará abaixo de 1% e a França prevê contracção da actividade económica em consequência do saneamento das finanças públicas, dos maus resultados da exportação e de quebra na confiança. Na periferia, por força das medidas de austeridade, a maior parte dos países registará forte contracção e recessão, com crescimento negativo, elevado desemprego e aumento da dívida.

É sabido que esta situação resulta da acumulação em década e meia de crónicos

desequilíbrios comerciais, evolução divergente das produtividades, polarização pela Alemanha, Holanda, Finlândia e Áustria de ganhos da política económica, contrastados agora na depauperação da Grécia, de Portugal, da Espanha, de Chipre e até da Irlanda, sem garantias de sustentabilidade da dívida soberana. Apesar da evolução em baixa da taxa de juro, esta situa-se acima da taxa de crescimento nominal do PIB. Sem mecanismos de alívio do serviço da dívida, negada até agora a mutualização do seu *stock*, os riscos de contágio reforçam a crise e ameaçam a confiança no euro. Na fase em que os países aceitam os programas de assistência económica e financeira já esgotaram outras opções. Restar-lhes-á o desespero de abandonarem o euro. Se poucos pareciam dispostos a infringir es-

ta linha vermelha, com Chipre, a questão voltou a ser uma possibilidade.

Como adaptar e ajustar comportamentos do centro e da periferia e evitar fracturas? Comprovou-se que as decisões confinadas à vertente da disciplina orçamental geram quebra da procura interna, crescimento negativo e mais desemprego. A Europa não pode estar refém de uma única teoria económica, cada vez menos hegemónica. Precisamos de ideias novas e ambiciosos modelos, que entrem no debate. Todos ansiamos pelo regresso a uma "linguagem da solidariedade, do compromisso com a coesão e da retórica de inclusão (...) apropriada a uma única política em evolução", como afirmou o Presidente da Irlanda, Michael Higgins, no Parlamento Europeu, na semana passada. João Ferreira da Cruz, Economista